

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS/SP

Rua Siqueira Campos, S-64 – Centro – CEP 17.280-000 – Pederneiras/SP

Fone (14) 3283 9570 – Fax (14) 3284 1764 – www.pederneiras.sp.gov.br

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

PREGÃO PRESENCIAL N.º 29/2013

PROCESSO Nº 56/2013

Denominação: _____

CNPJ nº: _____

Endereço: _____

e-mail: _____

Cidade: _____ **Estado:** _____

TELEFONE: _____ **Fax** _____

Obtivemos, através do acesso à página www.pederneiras.sp.gov.br, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, _____ **de** _____ **de 2013.**

Assinatura

Senhor Licitante,

Visando à comunicação futura entre esta Prefeitura e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada do Edital e remetê-lo ao Departamento de Compras, por meio do fax (14) 3284-1764 ou do e-mail compras@pederneiras.sp.gov.br.

A não remessa do recibo exime a Prefeitura Municipal de Pederneiras da responsabilidade da comunicação, por meio de fax ou e-mail, de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.

Maiores informações através do telefone (14) 3283 9576, com o responsável pelas licitações.

PREÂMBULO

EDITAL DE PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 29/2013

PROCESSO Nº 56/2013

DATA DA REALIZAÇÃO: 15/04/2013

HORÁRIO: a partir das 9:00 horas

LOCAL: SALA DE REUNIÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

OBJETO: MONTAGEM/ENCARROÇAMENTO DE UM FURGÃO UNIDADE DE RESGATE DO CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO DE PEDERNEIRAS

DANIEL PEREIRA DE CAMARGO, Prefeito Municipal de Pederneiras, Estado de São Paulo, comunica aos interessados que se acha aberto o Edital de PREGÃO (presencial) nº 29/2013, tipo MENOR PREÇO, objetivando a Montagem/Encarroçamento de um Furgão Unidade de Resgate do Corpo de Bombeiros do Município de Pederneiras, que será regido pela Lei federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.544, de 25 de julho de 2005, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

As propostas deverão obedecer as especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

A sessão de processamento do Pregão será realizada na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal, sito a Rua Siqueira Campos, nº S-64, Centro, **iniciando-se no dia 15/04/2013, às 9:00 horas** e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

I - DO OBJETO

1. - A presente licitação tem por objeto a montagem/encarroçamento de um Furgão Unidade de Resgate com capacidade para 02 (duas) vítimas deitadas e carroceria especial direcionada aos serviços do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em um chassi marca FIAT, modelo Ducato Maxicargo 12 M³ Multijet Economy, ano 2012, modelo 2012, nº do chassi 93W245G34D2106292, potência 2300CC e PTB 003,50 e placas DJM0737, conforme especificações constantes do Anexo I – Especificações Técnicas, que integra este Edital.

II - DA PARTICIPAÇÃO

1 - Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.

III - DO CREDENCIAMENTO

1 – Por ocasião da fase de credenciamento dos licitantes, deverá ser apresentado **FORA** dos Envelopes nº 01 (Proposta) e nº 02 (Habilitação, o que segue:

1.1 – Quanto aos representantes:

a) tratando-se de **Representante Legal** (sócio, proprietário, dirigente ou assemblado), o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) tratando-se de **Procurador**, o instrumento de procuração pública ou particular da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.

c) O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

d) Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada.

e) A ausência do Credenciado, ou da documentação referida ou a sua apresentação em desconformidade com as exigências previstas não implicará a desclassificação do licitante, mas o impedirá de dar lances e de manifestar-se no certame contra decisões tomadas pelo Pregoeiro. Entretanto, essas irregularidades poderão ser saneadas até o momento da decisão sobre o encerramento do credenciamento, inclusive com o envio do documento correto via fax.

1.2 – Quanto ao pleno atendimento aos requisitos de habilitação:

a) A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação deverá ser feita de acordo com modelo estabelecido no Anexo III do Edital e apresentada fora dos Envelopes nº 01 (Proposta) e nº 02 (Documentação).

1.3 – Quanto às microempresas e empresas de pequeno porte:

a) **Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte** visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº 123/06, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no Anexo V deste Edital, e apresentada **FORA** dos Envelopes nº 01 (Proposta) e nº 02 (Habilitação).

IV - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1 - A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

Envelope nº 1 – Proposta

Pregão nº 29/2013

Processo nº 56/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

Envelope nº 2 – Habilitação

Pregão nº 29/2013

Processo nº 56/2013

2 - A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas seqüencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração, caso esta não tenha sido apresentada no momento do credenciamento.

3 - Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão de imprensa oficial.

V - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA

1 - A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

a) nome, endereço, CNPJ e inscrição estadual;

b) número do processo e do Pregão;

c) descrição do objeto da presente licitação, de acordo com o Modelo constante do Anexo VII deste Edital;

d) preço do item, em moeda corrente nacional, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;

e) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias a contar da data designada para a abertura da mesma;

f) prazo de garantia do equipamento cotado, que deverá ser de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses;

g) assinatura do representante legal.

2 - O preço ofertado permanecerá fixo e irrevogável.

3 – Se por falha do proponente a proposta não indicar o prazo de sua validade e o prazo de entrega do equipamento, estes serão considerados como 60 (sessenta) dias independentemente de qualquer outra manifestação.

VI - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO”

1 - O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados, com suas páginas numeradas seqüencialmente, os quais dizem respeito a:

1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;

c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea “b”, deste subitem;

d) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

1.1.1 - Os documentos relacionados nas alíneas "a" a "d" deste subitem 1.1 não precisarão constar do Envelope “Documentos de Habilitação”, se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

1.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa aos Débitos e Contribuições Administrados pela Secretaria da Receita Federal e à Dívida Ativa da União;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual relativa ao ICMS;

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal relativa aos tributos mobiliários;

f) Prova de situação regular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);

- g) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- h) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos da Lei nº 12.440/2011;
- i) A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de **assinatura do Contrato**;
- i.1) As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- i.2) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **dois dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame**, prorrogáveis por igual período, a critério do Município de Pederneiras, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
- i.3) A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem i.2, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 7º da lei Federal nº 10.520/02 e artigo 87 da lei federal nº 8.666/93 e multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor total da contratação), procedendo-se a convocação dos licitantes para, em sessão pública, retornar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do artigo 4º, inciso XXIII, da Lei nº 10.520/02.

1.3 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características com o objeto desta licitação.

1.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias contados retroativamente da data designada para a abertura dos envelopes “proposta”. **Em qualquer hipótese, mesmo que o licitante seja a filial, este documento deverá estar em nome da matriz.**

1.5 - OUTRAS COMPROVAÇÕES

- a) Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, nos termos do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, conforme Anexo IV deste Edital;

2 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

- 2.1 – A apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) da Prefeitura, ou de outros órgãos ou entidades públicas, desde que expedidos nos termos da Lei nº 8.666/93, dentro do prazo de validade, dispensa os documentos do item 1.1 e item 1.2, alíneas “a” e “b”.

2.1.1 – O registro cadastral não substitui os documentos relacionados nos subitens 1.2, alíneas “c”, “d”, “e”, “f”, “g” e “h”, 1.3, 1.4 e 1.5 deste item VI, os quais deverão ser obrigatoriamente apresentados por todos os licitantes.

2.2 - Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

2.3 - Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. **A Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, a Prova de Situação Regular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e a Certidão Negativa de Falência ou Concordata, deverão estar em nome da matriz.**

VII - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

1 – No dia, horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o recebimento do credenciamento dos interessados, da Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação, bem como dos envelopes “proposta” e “habilitação”.

2 – Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

3 - A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) que apresentem preços baseados exclusivamente em proposta das demais licitantes;

3.1 - No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

3.2 - Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

4 - As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

- a) seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;
- b) não havendo pelo menos 3 (três) preços nas condições definidas na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

4.1 - Para efeito de seleção será considerado o preço unitário por item.

5 - O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma seqüencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

5.1 - A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

6 - Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.

7 - A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances

8 – Se houver **empate**, será assegurado o **exercício do direito de preferência** às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos:

8.1 – Entende-se por **empate** aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até **5%** (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

8.2 – A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta;

8.2.1 – Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de **5** (cinco) **minutos** após o encerramento dos lances, a contar da convocação do Pregoeiro, sob pena de preclusão;

8.2.2 – Se houver equivalência dos valores das propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta;

8.2.2.1 – Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação;

8.3 – O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte;

8.4 – Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, retornar-se-ão, em sessão pública, os procedimentos relativos à licitação, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da lei nº 10.520/02, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte cujas propostas se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.1;

8.4.1 – Na hipótese da não contratação da microempresa e empresa de pequeno porte, e não configurada a hipótese prevista no subitem 8.4, será declarada a melhor oferta aquela proposta originalmente vencedora da fase de lances.

9 – Após a fase de lances, serão **classificadas**, na ordem crescente dos valores, as propostas não selecionadas por conta da regra disposta na alínea “a” do item 4, deste Capítulo VII, e

aquelas selecionadas para a etapa de lances, considerando-se para estas, o último preço ofertado.

10 - O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

11 - Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

11.1 - A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo Departamento de Compras, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

12 - Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação do respectivo proponente.

13 - Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação, efetivamente entregues, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, **sendo vedada a apresentação de documentos novos.**

13.1 - A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

13.2 - A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será **inabilitada**.

14 - Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será **habilitada e declarada vencedora do certame.**

15 - Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cuja autora atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

16 – O Pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

VIII - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

1 - No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 3 (três) dias para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

2 - A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

3 - Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

5 - O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6 - A adjudicação será feita por item.

IX - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1 - O equipamento deverá ser entregue no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de assinatura do instrumento de contrato, sendo que a retirada do veículo no Almoxarifado Municipal, com todas as despesas inclusas, será por conta e risco do licitante vendedor.

2 - A entrega do objeto desta licitação deverá ser feita no Almoxarifado Municipal, situado na Rua Castelo Branco, nº O-1165 – Jardim Califórnia, nesta cidade de Pederneiras, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos e encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

3 – O veículo deverá ser transportado, tanto na retirada quanto na sua entrega, em veículo de transporte apropriado (Remonta ou Plataforma) devidamente assegurado.

X - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

1 - O objeto da presente licitação será recebido provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com as especificações.

2 - Constatadas irregularidades no objeto contratual, a Contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Contratante, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

3 - O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente, após verificação do atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas.

XI - DA FORMA DE PAGAMENTO

1 - O pagamento será efetuado em 20 (vinte) dias contados da data da entrega efetiva do objeto licitado, mediante crédito em conta corrente da empresa contratada, após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelos servidores do Departamento de Almoxarifado e Controle Patrimonial e pelo Corpo de Bombeiros de Pederneiras.

XII – DA CONTRATAÇÃO

1 – A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de termo de contrato, cuja minuta integra este edital como Anexo VI.

2 – A adjudicatária deverá assinar o termo de contrato no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir do comunicado expedido pela Prefeitura Municipal de Pederneiras.

3 – Quando a adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, recusar-se a celebrar a contratação, serão convocadas as demais licitantes classificadas para participar de nova sessão pública do pregão, com vistas a celebração da contratação.

3.1 - Essa nova sessão será realizada em prazo não inferior a 05 (cinco) dias úteis, contados da divulgação do aviso.

3.2 - A divulgação do aviso ocorrerá por publicação no Jornal da Cidade de Bauru e divulgação no endereço eletrônico www.pederneiras.sp.gov.br.

3.3 - Na sessão, respeitada a ordem de classificação, observar-se-ão as disposições dos subitens 8 a 15 do item VII e subitens 1, 2 e 6 do item VIII, todos deste edital.

4 – Tratando-se de microempresa ou empresa de pequeno porte, cuja documentação de regularidade fiscal tenha indicado restrições à época da fase de habilitação, deverá comprovar, previamente à assinatura do Contrato, a **regularidade fiscal**, no prazo de **dois dias úteis**, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogável por igual período, a critério do Município de Pederneiras, sob pena de a contratação não se realizar, decaindo do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 7º da lei Federal nº 10.520/02 e artigo 87 da lei federal nº 8.666/93 e multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor total da contratação;

4.1 – Não ocorrendo a regularização prevista no subitem anterior, retomar-se-ão, em sessão pública, os procedimentos relativos a esta licitação, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte, cujas propostas de preços se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.1 do Capítulo VII;

4.2 – Na hipótese de nenhuma microempresa e empresa de pequeno porte atenderem aos requisitos deste Edital, será convocada outra empresa na ordem de classificação das ofertas, com vistas à contratação.

5 - O prazo de vigência do contrato será de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de sua assinatura, observadas as condições de garantia apresentada pela Contratada.

6 - O prazo mencionado no subitem anterior poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a critério da Administração, nos termos e condições permitidos pela legislação vigente.

6.1 - A Contratada poderá se opor à prorrogação de que trata o subitem anterior, desde que o faça mediante documento escrito, recebido pela Contratante em até 10 (dez) dias antes do vencimento do contrato, ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

6.2 - As prorrogações de prazo de vigência serão formalizadas mediante celebração dos respectivos termos de aditamento ao contrato, respeitadas as condições prescritas na Lei federal nº 8.666/93.

6.3 - A não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência da Administração não gerará à contratada direito a qualquer espécie de indenização.

7 - Não obstante o prazo estipulado no subitem 5 deste item XII, a vigência contratual nos exercícios subseqüentes ao da assinatura do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

8 - Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada no subitem 7 deste item XII, a contratada não terá direito a qualquer espécie de indenização.

XIII - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

1 – Sem prejuízo das sanções previstas no artigo 7º da lei federal nº 10.520/02 e artigo 87 da lei federal nº 8.666/93, a Contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a defesa prévia:

1.1 – Pela recusa injustificada de assinar o instrumento de Contrato dentro do prazo estabelecido ou de retirá-lo dentro de sua validade, multa de 20% (vinte por cento).

1.2 – Pelo atraso injustificado na entrega do equipamento:

1.2.1 – Até 30 (trinta) dias, multa de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor total da obrigação por dia de atraso;

1.2.2 – A partir do 30º (trigésimo) dia entende-se como inexecução total da obrigação.

1.3 - Pela inexecução total ou parcial do ajuste, multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor total da obrigação.

1.4 - As multas previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime o contratado da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Administração.

XIV – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

1 – Os recursos orçamentários para a presente licitação são os seguintes:

1.1 – A despesa estimada no montante de R\$ 94.133,00 onerará a seguinte dotação orçamentária: Ficha nº 729 – Equipamentos e Material Permanente – 02.19.01 – Fundo Municipal de Corpo de Bombeiros.

XV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

2 - Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas que conterá tudo que nelas ocorrer e serão assinadas pelo pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos representantes dos licitantes presentes.

2.1- As recusas ou as impossibilidades de assinaturas deverão ser registradas expressamente na própria ata.

3- Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas serão rubricados pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos licitantes presentes que desejarem.

4 - O resultado do presente certame será divulgado no Jornal da Cidade de Bauru e no endereço eletrônico www.pederneiras.sp.gov.br.

5 - Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no Jornal da Cidade de Bauru.

6 - Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes ficarão à disposição para retirada no Departamento de Compras, após a celebração do contrato ou instrumento equivalente.

7 - Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

7.1 - A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de até 1 (um) dia útil, anterior à data fixada para recebimento das propostas.

7.2 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

8- Os casos omissos serão regulados pelas leis federais nº 10.520/02 e 8.666/93, sendo apreciados pelo Pregoeiro, submetendo-os, se necessário, à autoridade superior.

9 - Integram o presente Edital:

Anexo I – Especificações Técnicas;

Anexo II - Modelo da Credencial;

Anexo III - Modelo de Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;

Anexo IV – Modelo de Declaração de Situação Regular perante o Ministério do Trabalho;

Anexo V – Modelo de Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

Anexo VI – Minuta de Contrato e;

Anexo VII – Modelo de Proposta Comercial.

10 – Pequenos erros ou o desatendimento a meras formalidades que não tragam prejuízo algum para o processo, não ensejarão desclassificação ou inabilitação de licitantes.

11 – A falta de numeração seqüencial da “proposta” bem como da “habilitação”, não acarretará desclassificação ou inabilitação de licitantes.

12 – Os esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados nos dias de expediente, das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, na Rua Siqueira Campos, nº S-64 – Centro, ou através do telefone (14) 3283-9576.

13 – A Prefeitura Municipal de Pederneiras não se responsabilizará por documentação ou proposta que, enviadas via postal, não chegarem até a data e horário aprazados.

14 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, inclusive no que se refere às certidões que não constam prazo de validade, será aplicado o disposto no artigo 110 da lei nº 8.666/93.

15 – A presente licitação poderá ser revogada na forma da lei nº 8.666/93.

Pederneiras, 01 de abril de 2013.

DANIEL PEREIRA DE CAMARGO

Prefeito Municipal

ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

PROCESSO N.º 56/2013

PREGÃO PRESENCIAL N.º 29/2013

Compreende o objeto desta licitação a prestação de serviços de:

=====

Montagem/Encarroçamento de um Furgão Unidade de Resgate com capacidade para 02 (duas) vítimas deitadas e carroceria especial direcionada aos serviços do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em um chassi marca FIAT, modelo Ducato Maxicargo 12 M³ Multijet Economy, ano 2012, modelo 2012, nº do chassi 93W245G34D2106292, potência 2300CC e PTB 003,50 e placas DJM0737, conforme as seguintes especificações técnicas fornecidas pelo Corpo de Bombeiros:

PROJETO BÁSICO Nº CCB – 003/943

MONTAGEM DE UR – UNIDADE DE RESGATE

1. OBJETIVO

1.1. Este projeto básico fixa as condições mínimas exigíveis para o fornecimento do serviço de montagem e adaptação de veículo a ser utilizado como UNIDADE DE RESGATE pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

2. DEFINIÇÕES E CARACTERÍSTICAS GERAIS

2.1. EMBASAMENTO LEGAL

2.1.1. Este projeto básico foi elaborado com base na norma NBR 14.561/2000 – Veículos para Atendimento a Emergências Médicas e Resgate, que regulamenta a fabricação de ambulâncias e viaturas de resgate no Brasil, adaptada conforme as necessidades peculiares e enquadrada nos requisitos mínimos exigidos pela Secretaria de Segurança Pública através do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

2.1.2. As exigências estabelecidas na presente especificação prevalecem sobre a norma de referência.

2.2. DEFINIÇÃO

2.2.1. A Unidade de Resgate (UR) do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo é uma viatura de emergência tripulada por três bombeiros técnicos em emergências médicas, que atua em acidentes com a múltipla função de efetuar o salvamento, o atendimento de suporte básico da vida e o transporte das vítimas a um hospital. Assim, esta unidade deverá estar apta para, de forma isolada:

2.2.1.1. Realizar um rápido e seguro deslocamento para o local do acidente ou sinistro em geral;

2.2.1.2. Garantir a segurança inicial do local;

2.2.1.3. Garantir acesso dos bombeiros até onde se encontram as vítimas;

2.2.1.4. Efetuar o salvamento das vítimas;

2.2.1.5. Aplicar o suporte básico da vida ainda no local do acidente ou sinistro;

2.2.1.6. Efetuar a remoção das vítimas com toda a segurança;

2.2.1.7. Efetuar o transporte de uma vítima grave para um hospital, mantendo o atendimento de suporte básico da vida durante todo o deslocamento.

2.3. CARACTERÍSTICAS GERAIS

2.3.1. O serviço de adaptação e montagem em veículo para UR aqui descrito foi baseado na ambulância Tipo II (furgão com carroceria integral em aço) definida na norma NBR 14.561, com as adaptações necessárias às nossas particularidades regionais e emprego operacional específico.

2.3.2. A Unidade de Resgate deverá permitir o acondicionamento de itens que possibilite o seu emprego operacional, dentro dos grupos discriminados no capítulo 4:

2.3.2.1. Equipamentos básicos do veículo;

2.3.2.2. Equipamentos e materiais não discriminados nesta especificação, mas que deverão possuir armários e suportes ou outros dispositivos que permitam o acondicionamento desses equipamentos e materiais conforme padrão das Unidades de Resgate tipo II existentes no Corpo de Bombeiros.

2.3.3. Os equipamentos e materiais a serem acondicionados na Unidade de Resgate serão fornecidos pelo Corpo de Bombeiros, a exceção daqueles que deverão ser fornecidos com o veículo (suporte dos desencarceradores).

3. VEÍCULO

3.1. Será fornecido pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo um veículo 0 km, do tipo furgão, para adaptação e montagem.

4. COMPARTIMENTO DE ATENDIMENTO

4.1. DIMENSÕES BÁSICAS.

4.1.1. Comprimento mínimo: 2950 mm.

4.1.2. Largura mínima: 1730 mm.

4.1.3. Altura mínima: 1800 mm (útil após a adaptação).

4.2. CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E TRABALHO NO COMPARTIMENTO

4.2.1. A configuração interna do compartimento de atendimento deverá obedecer às características ergonômicas que possibilitem o trabalho ao qual se destina. Deverá ser previsto um assento, em espuma injetada, equipado com cinto de segurança conforme resolução nº. 048 do CONTRAN, com apoio para cabeça almofadado, para ser utilizado por um bombeiro socorrista. O assento não deverá ter profundidade menor que 450 mm, medida na parte superior da almofada e localizado no alinhamento da cabeça da vítima, próximo à comunicação do compartimento/cabine, voltado para a vítima. Não poderá haver cantos vivos, superfícies pontiagudas ou outros obstáculos que possam causar ferimentos ou impeçam o trabalho dos socorristas no interior do compartimento, principalmente com a viatura em movimento. Os batentes das portas deverão ser almofadados para evitar ferimentos na cabeça das vítimas ou dos tripulantes. Deverá possuir trilho para regulagem de posição.

4.2.1.1. Deverá ser instalado tubo pega mão (balaustre), fixado ao teto do compartimento de atendimento, em chapas metálicas de reforço, de acordo com as normas do fabricante do veículo, através de parafusos projetados para suportar a carga mínima de 90 kgf, com comprimento mínimo de 1900 mm (proporcionalmente ao comprimento total do compartimento), contendo suporte móvel para frascos de medicação.

4.2.2. Deverá ser previsto um banco lateral, escamoteável, tipo baú, confeccionado em MADEIRA DE COMPENSADO NAVAL, REVESTIDA DE FÓRMICA TEXTURIZADA EXTERNA E INTERNAMENTE (não sendo aceito aglomerado ou MDF na construção), com comprimento mínimo de 1.720 mm, sob o mesmo serão montados três assentos (sobre a tampa escamoteável do baú) e três encostos com apoio de cabeça (montados na parede lateral interna da viatura logo acima do

baú), confeccionados em espuma injetada, com revestimento sem costuras aparentes (solda eletrônica) na cor Azul “Mineral”, sendo que a espuma utilizada deverá possuir espessura máxima de 70 mm e densidade mínima de 60 kgf/m³, o banco deverá permitir o transporte de três pessoas sentadas ou uma vítima imobilizada em prancha longa, equipado com 03 cintos de segurança conforme resolução 048 Contran, para ser utilizado por pacientes ou acompanhantes. O banco deverá estar localizado no lado direito da viatura paralelamente à maca e voltado para a vítima. Não poderá haver cantos vivos, superfícies pontiagudas ou outros obstáculos que possam causar ferimentos ou impeçam o trabalho dos socorristas no interior do compartimento, principalmente com a viatura em movimento.

4.2.2.1. As dimensões do banco tipo baú, assento e encosto serão as padronizadas pelo Corpo de Bombeiros, para este tipo de veículo.

4.3. CARACTERÍSTICAS INTERNAS

4.3.1. Todas as partes do compartimento de atendimento da UR deverão ser presas com prendedores à prova de ferrugem e reforçados para evitar que se soltem. Gabinetes, bancos, divisões, suportes dos cilindros de oxigênio, pega-mãos e suportes das macas deverão ser fixados em chapas metálicas perfuradas ou armações soldadas na estrutura do compartimento, sendo **terminantemente proibido** o uso de rebites “pop” ou similares. Estes componentes deverão ser fixados de maneira firme, conforme normas do fabricante do veículo, absolutamente resistentes à vibração e à prova de desprendimento em caso de acidente.

4.4. PORTAS

4.4.1. O acesso através da traseira será feito pelas portas originais do veículo, de folha dupla, que deverão contar com uma janela em cada porta e painéis internos removíveis. Os painéis internos deverão ser acabados com um tipo de material plástico durável e lavável. Elas terão a espessura compatível com as paredes do compartimento e serão projetadas para ter fácil abertura, além de possuir um sistema de fixação da porta aberta quando necessário. Também se fará o acesso através da porta lateral direita, que deverá conter uma janela a ser construída.

4.5. FECHOS DAS PORTAS, DOBRADIÇAS E FERRAGENS.

4.5.1. As maçanetas externas e internas das portas e dobradiças deverão ser as originais do veículo a ser transformado. O sistema de fecho e dobradiça da porta do armário externo esquerdo deverá ser em aço inoxidável, sendo a dobradiça do tipo “piano” em peça única com toda a dimensão da porta, padrão INSI, polido.

4.5.2. Quando as portas estão abertas, as dobradiças, os fechos e as travas das portas não deverão obstruir a área de acesso. Todas as portas deverão ter dispositivos para evitar que ocorra a abertura ou o fechamento inadvertidamente. Puxadores tubulares deverão ser instalados na parte interna de cada uma das duas folhas da porta traseira para permitir sua abertura e fechamento por dentro. Deverão ser instalados nas portas traseiras de entrada, batentes com fixadores de borracha, magnéticos ou outro tipo que mantenha as portas abertas quando necessário não sendo necessária qualquer operação especial para fechamento das mesmas. Deverão ser previstas fechaduras com chave que permitam manter o compartimento totalmente trancado.

4.6. ASSOALHO

4.6.1. O assoalho deverá situar-se no nível mais baixo permitido pelo veículo. O assoalho deverá ser plano e monolítico. Todo o assoalho deverá aguentar uma carga distribuída de 70 kg/m². O sub-assoalho do compartimento de atendimento deverá ser constituído de uma única peça e deverá ser construído exclusivamente em compensado naval de espessura mínima de 10 mm (mínimo 05 camadas). Não serão aceitos espaços vazios ou bolsões onde a água ou sangue poderá se acumular, causando apodrecimento ou condições sanitárias desfavoráveis. Os espaços vazios e bolsões deverão ser preenchidos com vedante ou composto de calafetagem.

4.6.2. O revestimento do assoalho deverá ser de fácil limpeza, devendo combinar com a cor interior e decoração do compartimento de atendimento. O revestimento do assoalho deverá ser constituído por uma única peça, sem costura, sem necessidade de ser encerado de linóleo sólido, vinil ou de epóxi vazado e que garanta condições de aderência mesmo quando molhado. O revestimento deverá ter uma espessura mínima de 3,5 mm e de aplicação permanente ao sub-assoalho. O material de revestimento do assoalho deverá cobrir todo o comprimento e largura da área de trabalho do compartimento. O material deverá possuir características de alto tráfego, atendendo a última edição da norma europeia harmonizada EN-685 classe (34), “resistência a desinfetantes de superfície de uso hospitalar”.

4.7. JANELAS

4.7.1. Caberá a EMPRESA VENCEDORA a construção de três janelas no compartimento de atendimento, sendo uma na porta de correr lateral e duas nas portas traseiras (uma em cada porta); todas do mesmo tamanho (mínimo de 500 mm x 350 mm medidos na parte interna), fixadas no compartimento com esquadrias de alumínio resistente e robusta. Deverão ser divididas em duas partes com a possibilidade de abertura (de correr) de apenas um dos lados do vidro. O envidraçamento deve atender as normas de segurança em vigor. Cada janela deverá possuir uma tela metálica para impedir a

entrada de insetos e permitir ventilação. Os vidros deverão ser temperados e serigrafados na cor branca opaca clara, com três listras translúcidas de 10 mm de largura, intercaladas e centralizadas, e terão coeficiente de segurança de acordo com as normas brasileiras a respeito.

4.8. SISTEMAS AMBIENTAIS

4.8.1. A UR será equipada como um sistema de ar condicionado a fim de fornecer e manter o ar limpo no nível especificado de temperatura interna conforme NBR 14561/2000, cujo sistema deve ter a capacidade de manter a temperatura interna de 20 a 25 graus Celsius quando a temperatura externa estiver à cima desta marca. Tal sistema de Ar Condicionado utilizará gás ecológico (134ª) a partir do compressor e seu suporte de fixação no motor do veículo, com trocador de calor em alumínio afixado por suportes de alumínio de 2.4 mm, com filtro secador, termostato, controles de ventilação individuais a cada evaporador e acionáveis nos ambientes que lhes são afins, um núcleo evaporador na caixa de ventilação do painel na cabine compatível ao ambiente, uma caixa evaporadora no ambiente traseiro com estrutura em alumínio de 2.4 mm com resistência a impactos e vibrações, a estrutura deve ser pintada eletrostaticamente para garantir impedimento à corrosão (devido ao contato com água) e com invólucro em Fiber Glass de 2.0 mm isolado térmico e acusticamente, cuja caixa deverá comportar um núcleo de refrigeração dimensionado para atender à demanda da temperatura referida oferecendo uma flecha de ar de 2500 mm com a velocidade de 0,26 m/s e uma vazão global mínima de 1000 m³/h para garantir a eficiência mínima pretendida quanto à circulação de ar até à porta traseira do veículo.

4.8.2. Também, objetivando melhora na durabilidade do compressor, e constante produção de frio, mesmo com o motor do veículo em RPM reduzida, é exigido que a temperatura máxima do gás na pré-válvula expansora, não exceda à temperatura de 45° C, e os componentes do sistema devem ser interligados por mangueiras e / ou canos e conexões detalhadamente posicionados de forma a garantir que não tenham contato direto com o chassi e / ou a carroceria do veículo a fim de evitar vibrações e consequentes quebras ou rompimentos. Os componentes devem ser facilmente acessíveis para efeitos de manutenção. Na entrega ocorrerá teste individual do equipamento.

4.9. ISOLAMENTO

4.9.1. Todo compartimento de atendimento será completamente isolado para possibilitar melhor desempenho dos sistemas ambientais e também para evitar que ruídos externos e vapores tóxicos penetrem ao interior da viatura. O isolamento será confeccionado com material que evite a proliferação de microorganismos nocivos, com ação retardante quanto à propagação de chamas, não tóxico e não higroscópico, não sendo aceito em hipótese alguma polietileno expandido (isopor).

4.10. SUPERFÍCIES INTERNAS

4.10.1. O interior do compartimento de atendimento deverá estar isento de cantos vivos. Tudo que constituir obstrução à cabeça e que possa ser perigoso a pessoas no compartimento de atendimento deverá ser almofadado. O acabamento de todo o compartimento de atendimento incluindo o interior do armário de armazenamento deverá ser construído com material liso tipo fibra ou plástico, impermeável e resistente à água, sabão e desinfetantes. Os painéis deverão ser instalados de maneira que não ocorra flexão, deflexão, empenamento ou vibração. Todo o acabamento externo do mobiliário deverá ser feito nas cores branco e azul mineral, padrão Corpo de Bombeiros.

4.11. ARMÁRIOS PARA ACONDICIONAMENTO DE EQUIPAMENTOS

4.11.1. Instalação de armário externo na lateral esquerda, no primeiro terço do veículo após a porta do motorista, para acondicionamento de equipamento desencarcerador, confeccionado em chapa de alumínio antiderrapante, com porta acompanhando o desenho original da carroceria, com reforço em aço da estrutura interna do batente da porta e dispositivo de fixação para o desencarcerador. As dobradiças e fechaduras deverão ser confeccionadas em aço inox, e a vedação será em borracha nitrílica do tipo compressão com sobreposição, impedindo a entrada de gases, poeira, água e ar. A porta deverá contar ainda com abertura para ventilação do compartimento. Deverá ser fornecido sistema de travamento do conjunto desencarcerador.

4.11.2. Todos os equipamentos para atendimento das vítimas deverão estar devidamente acondicionados em armários internos, sendo terminantemente vedado o uso de gavetas. Os armários deverão ser construídos de forma a manter fixos todo o seu conteúdo, conforme item 1.3.3, e permitir uma rápida remoção para emprego e conforme padrão do Corpo de Bombeiros de São Paulo. Portanto deverá ser desenvolvido pelo fabricante um sistema de fixação e armazenagem para cada um dos itens solicitados.

4.11.3. A matéria-prima para a confecção desses armários deverá exclusivamente ser de MADEIRA DE COMPENSADO NAVAL, REVESTIDA DE FÓRMICA TEXTURIZADA EXTERNA E INTERNAMENTE (não sendo aceito aglomerado ou MDF na construção).

4.12. CARACTERÍSTICAS DOS ARMÁRIOS

4.12.1. Os armários do compartimento deverão ter fácil acesso e fácil abertura, não devendo, porém, abrirem sozinhos com a viatura em movimento. As prateleiras internas dos armários não deverão ser ajustáveis e as portas deverão ser deslizantes sobre canaletas flocadas e montadas em

esquadrias de alumínio, equipadas com dispositivo de fixação e travamento, além de permitirem sua remoção.

4.12.2. As portas dos armários deverão ser transparentes, feitas em acrílico, policarbonato ou material similar e de boa resistência.

4.12.3. A fim de evitar ferimentos em caso de acidente, todos os armários deverão ser firmemente presos na estrutura da carroceria e suas extremidades não poderão possuir cantos vivos.

4.13. ISOLAMENTO ACÚSTICO DO COMPARTIMENTO DE ATENDIMENTO

4.13.1. O compartimento de atendimento deverá possuir um excelente isolamento acústico que não poderá exceder a 80 dB.

4.14. BATERIA SECUNDÁRIA

4.14.1. Deverá ser previsto um compartimento isolado para colocação da bateria secundária. A bateria deverá ser instalada de forma a possibilitar sua retirada, substituição ou manutenção facilmente. A bateria secundária deverá ser do tipo CP (carga profunda) isenta de manutenção e ser totalmente independente da bateria original do veículo.

5. EQUIPAMENTOS

5.1. Os equipamentos da UR serão divididos em grupos e possuirão especificações individuais que serão fornecidas pelo Corpo de Bombeiros em separado.

5.2. EQUIPAMENTOS BÁSICOS DA VIATURA

5.2.1. Maca de rodas articulável em alumínio fixada no assoalho do compartimento de atendimento, que atenda o especificado na NBR 14.561;

5.2.2. Fixadores de piso permanentes em inox para maca de rodas;

5.2.3. Rede de oxigenoterapia com dois cilindros de O₂ de 16 L e régua tripla conforme padrão do Corpo de Bombeiros.

5.2.4. Cadeira de resgate.

5.3. ACONDICIONAMENTO DOS EQUIPAMENTOS

5.3.1. Todos os equipamentos que integrarão a UR deverão estar devidamente acondicionados de forma que não haja risco de queda ou avaria durante o deslocamento da viatura em terrenos

irregulares ou em velocidade. Os suportes, portas, prendedores, presilhas, trincos e outros sistemas de fixação deverão ser reforçados para evitar que os equipamentos se soltem durante o deslocamento. Todos os itens deverão ter seu acondicionamento previsto e estarem devidamente identificados por etiquetas de metal ou plástico em letra legível, na língua Portuguesa, e fixada pelo fabricante do conjunto, conforme orientação da comissão do CB.

5.4. EQUIPAMENTOS ESPECÍFICOS

5.4.1. MACA

5.4.1.1. A maca padrão da UR deverá ser do tipo articulável em alumínio, e com rodas de Ø mínimo de 200 mm.

5.4.1.2. A maca de rodas deverá incluir puxadores nas duas extremidades e será acompanhada de um colchão construído em espuma injetada, revestido com vinil de nylon ou outro tecido não poroso, com extremidades soldadas eletronicamente (vedada utilização de costuras) para evitar que o contato com sangue ou secreções impossibilite sua reutilização.

5.4.2. CADEIRA DE RESGATE

5.4.2.1. A cadeira de resgate foi desenvolvida para uso em áreas com espaço limitado, com comprimento médio, na posição cadeira, de 920 mm e largura total de 520 mm, altura na posição cadeira de 1397 mm e peso médio de 10 kg e com capacidade de carga entre 170 a 190 kg, deverá ser fixada no interior do compartimento de vítima, ao lado da porta lateral para fácil acesso e manuseio.

5.4.3. CINTOS DE SEGURANÇA E TIRANTES

5.4.3.1. Todos os assentos deverão possuir cintos de segurança atendendo a resolução nº. 048 do CONTRAN.

5.4.3.2. A maca de rodas deverá ser provida de pelo menos três tipos de tirantes (correias de fixação tórax, quadril e joelho) a fim de evitar deslocamento longitudinal ou transversal da vítima durante o transporte. Os tirantes deverão ter uma largura mínima de 50 mm, confeccionados em nylon e facilmente removíveis para limpeza. Deverão ser formados por um conjunto de duas peças com fivelas de abertura rápida.

6. SISTEMA ELÉTRICO

6.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

6.1.1. O sistema elétrico da UR deverá conter o seguinte:

6.1.1.1. Uma bateria secundária e independente de 12V, de baixa manutenção e estacionária do tipo (CP) carga profunda, com capacidade mínima de 80 Ah, para consumo do compartimento de atendimento, provida de dispositivo eletrônico bloqueador separado entre as baterias do motor e auxiliar, por sondagem de tensão, por exemplo: 13 volts – desconecta; 13,4 volts – conecta.

6.1.1.2. Sistema de ativação/desativação automático da bateria independente;

6.1.1.3. Quadro de inspeção e manutenção do sistema elétrico/eletrônico, posicionado em local único;

6.1.1.4. Sistema de proteção de desarme automático e rearme manual;

6.1.1.5. Dois painéis de controle para os sistemas elétricos / eletrônicos, sendo um principal na cabine e outro secundário no compartimento de atendimento;

6.1.1.6. Sistema de tomada interna 110 V CA via captação externa, conversor 12 V CC para 110 V CA com mínimo de 700 W de potência;

6.1.1.7. Dispositivo para alimentação externa, com carregador inteligente condicionado a bateria auxiliar, de no mínimo 15 Amperes;

6.1.1.8. Sistemas sinalização e iluminação interna e externa;

6.1.1.9. Fiação especial com codificação dos fios padrão ABNT.

6.2. CONSIDERAÇÕES GERAIS

6.2.1. O sistema elétrico eletrônico da UR será dimensionado para o emprego simultâneo de todos os itens aqui especificados, quer com a viatura em movimento quer estacionada, sem risco de sobrecarga no alternador, fiação ou disjuntores.

6.2.2. Todos os componentes do sistema elétrico e fiação devem ser facilmente acessíveis através de quadro de inspeção, pelo qual se possam realizar verificações e manutenção. As chaves, dispositivos indicadores e controles devem estar localizados e instalados de maneira a facilitar a remoção e manutenção. Os encaixes exteriores das lâmpadas, chaves, dispositivos eletrônicos e peças fixas devem ser à prova de corrosão e de intempéries. O sistema elétrico deve incluir filtros, supressores ou protetores, a fim de evitar radiação eletromagnética e a conseqüente interferência em rádios e outros equipamentos eletrônicos. O sistema também deve estar preparado para que

eventuais cargas elétricas superiores à sua capacidade não provoquem falhas no alternador e baterias. Na cabine do motorista deverá ser prevista uma chave geral de desconexão elétrica.

6.2.3. Deverá ser fornecida uma planta do sistema elétrico da viatura montada.

6.3. INDICADORES DE ADVERTÊNCIA

6.3.1. O sistema elétrico deve incluir um conjunto de luzes de advertência localizado no painel central do compartimento do motorista. O conjunto deve ter luzes indicadoras para o seguinte:

6.3.1.1. Portas de entrada compartimento da vítima aberta;

6.3.1.2. Porta do compartimento de equipamentos aberta;

6.3.1.3. Indicador luminoso de que as baterias são ligadas pela chave geral.

6.3.1.4. As luzes de advertência, em led, de “porta aberta” devem ser vermelhas e piscarem. A luz de identificação da bateria deve ser verde, também em led.

6.3.1.5. Os indicadores de advertência serão localizados no painel central de controle na cabine do motorista.

6.4. INSTALAÇÃO E FIAÇÃO.

6.4.1. O compartimento de atendimento da UR e o equipamento elétrico secundário devem ser servidos por circuitos totalmente separados e distintos dos circuitos do veículo. Toda a fiação fornecida pelo fabricante deverá ser de ótima condutibilidade, estar em conformidade com todas as exigências da norma SAE J1292, suportar variações de temperatura sem prejudicar o funcionamento e possuir isolamento de polietileno transversal de acordo com a norma SAE J1127 e J1128. Podem ser usados cabos multicondutores ou de fita desde que não sejam dispostos sob o capô ou sujeitos as altas temperaturas do motor. A fiação deve ter códigos permanentes de cores ou ter identificação com números/letras de fácil leitura dispostas em conduítes ou em teares de alta temperatura (até 150° C). Eles serão identificados por códigos nos terminais ou nos pontos de conexão. Toda a fiação instalada na viatura deve ser inacessível, blindada e instalada em local protegido, além de ser mantida afastada no mínimo 150 mm dos componentes de exaustão. Fiações elétricas e componentes não deverão terminar no compartimento dos cilindros de oxigênio, excetuando a luz do compartimento, qualquer outro sistema deverá possuir um conduíte metálico. Todos os conduítes, armações e fiações devem ser fixados ao compartimento de atendimento ou armação por laços de metal isolados a fim de evitar ferrugem e movimentos que podem resultar em atritos, apertos, protuberâncias e danos. Todas as aberturas na viatura devem ser adequadamente calafetadas para

passar a fiação de acordo com a norma SAE 1292. Todos os itens usados para proteger ou segurar a fiação devem ser adequados para utilização e seguir padrões em uso na indústria automotiva. O conjunto de fiação, incluindo terra, dispositivos, chaves, saídas, disjuntores etc deve ter capacidade superior à carga exigida pelo sistema em pleno funcionamento. Todos componentes elétricos, terminais e pontos devem ter uma alça de fio que possibilitem pelo menos duas substituições dos terminais da fiação. As emendas devem atender as normas SAE J163, J561 e J928 conforme utilizado. A fiação entre o veículo e o compartimento de atendimento deverá ser conectada através de conector próprio. Todos os circuitos elétricos devem ser protegidos por dispositivos eletrônicos de proteção à corrente que atendam à norma SAE J553 (disjuntores automáticos de rearmação), e devem ser facilmente acessíveis pelo motorista ou pelo auxiliar.

6.4.2. Todos os componentes elétricos e eletrônicos, chaves, conectores, lâmpadas e indicadores e baterias devem ser marcados com um número ou letra de fácil leitura e identificação. Os diagramas e esquemas de fiação em português, incluindo códigos e listas de peças padrão da UR, bem como dos equipamentos opcionais deverão ser fornecidos em separado.

6.5. PAINEL CENTRAL DE CONTROLE DO MOTORISTA.

6.5.1. Deverá estar situado na cabine num console que permita sua operação pelo motorista ou pelo comandante da guarnição. Seu acabamento deverá ser de primeira qualidade em perfeita harmonia com a decoração interior da viatura. Deverá constar de chaves de controle e luzes de advertência, conforme discriminado abaixo:

6.5.1.1. Chave mestra para ativar o compartimento da UR

6.5.1.2. Luzes de indicação de abertura das portas

6.5.1.3. Chaves de acionamento dos sistemas luminosos

6.5.1.4. Luz de indicação do funcionamento do painel

6.5.1.5. Chaves de controle das luzes de cena laterais

7. COMUNICAÇÕES

7.1. EQUIPAMENTO DE COMUNICAÇÃO

7.1.1. A UR deverá estar equipada com um rádio móvel e dois rádios portáteis. Estes equipamentos deverão ser instalados e estarem prontos para uso. O equipamento de comunicação deverá atender as exigências dos órgãos fiscalizadores brasileiros.

7.2. DISPOSIÇÕES SOBRE O RÁDIO MÓVEL

7.3. OBJETIVO

7.3.1. Fixar os parâmetros técnicos para a aquisição e instalação de transceptores móveis VHF/FM, com modulação analógica e digital, encriptados, compatíveis com as redes convencionais e troncalizadas de radiocomunicação do, para emprego nas diversas OPM da Corporação;

7.3.2. Os parâmetros eletrônicos de modulação digital e sinalização dos equipamentos a serem adquiridos deverão ser os definidos na Interface Aérea Comum do padrão aberto do Projeto APCO-25 da Associação de Oficiais de Comunicação de Segurança Pública (APCO – *Association of Public Safety Communications Officials*) e publicado na norma TSB102¹ das séries TIA/EIA^{2,3};

7.3.3. Permitir o emprego rápido e eficaz do equipamento a ser adquirido nas redes de radiocomunicação digital do CB/PMESP, empregando os recursos eletrônicos de sinalização proporcionados por um Sistema Convencional/Troncalizado Digital de Radiocomunicação, que propicie, principalmente, identificação eletrônica do rádio, chamada de emergência e total segurança das comunicações, por meio de encriptação de voz.

7.3.4. O rádio digital deverá, quando operando no modo analógico, ser compatível operacionalmente com os transceptores analógicos em uso nas redes de radiocomunicação do CB/PMESP.

7.4. COMPOSIÇÃO BÁSICA DO TRANSCEPTOR MÓVEL DIGITAL VHF/FM

7.4.1. 01 (um) Equipamento rádio transmissor-receptor;

7.4.2. 01 (um) Microfone de mão com tecla de transmissão, cordão espiralado e suporte;

7.4.3. Alto falante;

7.4.4. 01 (uma) Antena original do rádio, ou aprovada pelo fabricante mediante comprovação, tipo monopolo vertical, de $\frac{1}{4}$ (um quarto) de onda, ganho mínimo unitário de 0dB, com base fixável ao teto do veículo mediante furação;

7.4.5. 01 (um) cabo de alimentação CC (Corrente Contínua) completo (com terminais e porta fusível);

7.4.6. 05 (cinco) metros de cabo coaxial padrão RG 58;

7.4.7. Conectores de RF (Radiofrequência) do transceptor;

7.4.8. Conjunto de suporte de fixação acompanhado das presilhas parafusos de fixação;

7.4.9. 01 (um) manual de operação impresso em português.

7.5. CARACTERÍSTICAS FUNCIONAIS

7.5.1. Fácil manuseio e operação;

1 TSB – *Telecommunications Systems Bulletin*
2 TIA – *Telecommunications Industry Association*
3 EIA – *Electronics Industry Association*

7.5.2. Operação exclusivamente em modo digital, programado por canal, sem que receba qualquer tipo de interferência de modulação em frequência analógica;

7.5.3. Operação em modo dual, digital ou analógico no mesmo rádio, programados por canal;

7.5.4. O transceptor móvel digital deverá ser programado (via *Software*), para operar em modo de controle inteligente, na faixa VHF (164 MHz a 174 MHz), devendo ser compatível com os padrões eletrônicos de sinalização do padrão APCO-25, utilizando os recursos do sistema que permita a unidade rádio:

7.5.4.1. Realizar “Chamada de Emergência”;

7.5.4.2. Responder “Chamada Geral” (Multigrupo);

7.5.4.3. Receber e realizar “Chamadas Privativas”, sendo a conversação limitada às duas unidades de rádio (origem - destinatária);

7.5.4.4. Receber “Chamadas de Alerta”;

7.5.4.5. Receber e realizar “Chamadas Telefônicas” da Rede Telefônica Pública, via sistema;

7.5.4.6. Quando não estiver vinculada em uma seqüência de mensagens, monitorar o Canal de Controle do Sistema que a oriente quanto ao *status* do Sistema (conceito de sinalização por Canal de Controle Dedicado);

7.5.4.7. Iniciar uma chamada pelo modo “Aperte para Falar” (PTT), por meio da solicitação de um Canal de Conversação (VOZ), via Canal de Controle;

7.5.4.8. No caso de Sistema ocupado, tentar o re-acesso automático até que o mesmo seja concluído;

7.5.4.9. Recepção de sinalização, por meio de indicação sonora, que a mesma se encontra em fila de espera “aguardando liberação de canal”;

7.5.4.10. Utilizar o Canal de Comunicação, de forma aleatória, a ser designado pelo Sistema durante a conversação;

7.5.4.11. Decodificar as instruções transmitidas pelo Canal de Controle ao Endereço de Grupo de Conversação ao qual esteja engajada e direcioná-la ao Canal de Comunicação designado pela Sinalização do Sistema;

7.5.4.12. Quando for extraviada, permitir sua desabilitação completa, tanto à transmissão quanto à recepção, através de Comandamento da Central de Controle Eletrônico do Sistema de controle inteligente, via radiofrequência, de forma que deverá haver a confirmação deste comandamento pelo equipamento extraviado;

7.5.4.13. Por meio de comandamento da central de controle eletrônico do sistema de controle inteligente, via radiofrequência, a reprogramação de chaves criptografia, via sistema OTAR em uso no CB/PMESP;

7.5.4.14. Quando da sua recuperação, após extravio, sua reabilitação completa, tanto da transmissão quanto da recepção, por meio de Comandamento da Central de Controle Eletrônico do Sistema de controle inteligente, via radiofrequência, de forma que deverá haver a confirmação deste comandamento pelo equipamento;

7.5.4.15. Estabelecer comunicação convencional, ponto-a-ponto, dentro ou fora da Área de Cobertura do Sistema;

7.5.4.16. Possuir um número de grupos de conversação (modo de controle inteligente) e/ou canais de RF (modo convencional): mínimo de 48 (quarenta e oito), indicados por mostrador digital alfanumérico no painel frontal da unidade móvel;

7.5.4.17. Visualizar os canais de RF (Radiofrequência) por meio de *display*;

7.5.4.18. Realizar varredura de canais – possibilitar que o rádio monitore vários canais de uma lista programável, bem como possa selecionar canal desta lista a ser monitorado, e participe de uma chamada assim que detectar atividade em qualquer um deles. Deve ser possível a varredura de canais digitais e analógicos simultaneamente.

7.5.5. A unidade de rádio deverá ter a capacidade de operação rádio a rádio (ponto – a – ponto), sem a utilização de infra-estrutura nos modos digital e analógico.

7.5.6. Controles do painel:

7.5.6.1. Liga – desliga;

7.5.6.2. Volume;

7.5.6.3. Silenciador de recepção;

7.5.6.4. Seletor de canais;

7.5.6.5. Botão, na cor vermelha, de acionamento de alarme de emergência.

7.6. RECURSOS FUNCIONAIS EM MODO DIGITAL

7.6.1. O equipamento deverá possuir a capacidade de operar em modo de encriptação digital, mediante inserção de chave e programação eletrônica, no padrão “APCO 25 DES-OFB”, para comunicação segura e sigilosa;

7.6.2. Possuir a capacidade de ser reprogramado via OTAR, por meio de ondas rádio elétricas, e fisicamente por dispositivo encriptador, a fim de alteração das chaves de criptofonia;

7.6.3. Possuir a capacidade de receber, no mínimo, 16 (dezesesseis) chaves de encriptação.

7.7. RECURSOS FUNCIONAIS EM MODO ANALÓGICO

7.7.1. Abertura do silenciamento do receptor controlada por portadora, sub-tom analógico e sub-tom digital, selecionável por meio de programação prévia para cada canal via computador PC.

7.8. CARACTERÍSTICAS ELETRÔNICAS BÁSICAS

7.8.1. Faixa de frequência: 164MHz a 174 MHz;

7.8.2. Tipo de emissão - modo analógico: 16K0F3E;

- 7.8.3. Tipo de emissão (modo digital): 8K10F1E / 8K30F1E / 11K0F3E / 12K6F1E;
- 7.8.4. Largura do canal de RF: 12,5 / 20 / 25 KHz com programação dentro da faixa acima (simplex e/ou semiduplex);
- 7.8.5. Espaçamento entre canais (TX e RX) no modo semi-duplex: mínimo de 4,6 MHz;
- 7.8.6. Alimentação 13,8 VCC e com polaridade negativa no chassi permitindo variação elétrica de +/- 20 %;
- 7.8.7. Saída para alto falante externo;
- 7.8.8. Tecnologia baseada em microprocessador;
- 7.8.9. Geração e controle de frequência por meio de Sintetizador;
- 7.8.10. Abertura do silenciamento para cada canal do receptor através de portadora e sub-tom digital (DCS), devendo ser selecionável e programável, mediante acesso externo, via computador PC;
- 7.8.11. A identificação eletrônica do transceptor no modo digital deverá ser fornecida pelo circuito eletrônico original do próprio equipamento, não se admitindo inclusão de circuitos (internos ou externos), placas adicionais ou complementares ao equipamento;
- 7.8.12. Proteção contra:
 - 7.8.12.1. Sobretensão de alimentação acima da variação permitida;
 - 7.8.12.2. Inversão de polaridade;
 - 7.8.12.3. Variação de impedância de RF por descasamento de antena;
 - 7.8.12.4. Potência do transmissor acima do limite nominal do modelo;
 - 7.8.12.5. Acionamento contínuo do transmissor por tempo superior ao permitido, reciclável em cada acionamento, com aviso sonoro ao usuário de “tempo esgotado” (T.O T Programável);
- 7.8.13. Memória eletrônica para programação e reprogramação da(s) frequência(s) de operação e dos recursos operacionais, por meio de aplicativo eletrônico (software) acesso externo via computador tipo PC.

7.9. CARACTERÍSTICAS ELETRÔNICAS ESPECÍFICAS

7.9.1. TRANSMISSOR:

- 7.9.1.1. Faixa de frequência: 149 MHz a 174 MHz;
- 7.9.1.2. Estabilidade de frequência +/- 5 ppm, ou melhor, dentro da faixa de - 10 °C a + 60 °C;
- 7.9.1.3. Desvio de +/- 5 KHz para 100% de modulação;
- 7.9.1.4. Atenuação para emissão de harmônicos e espúrios em relação à portadora: 70 dB ou melhor;
- 7.9.1.5. Potência de saída 45 Watts nominais na alimentação de 13,8 VCC, com ajuste programável;
- 7.9.1.6. Impedância de saída de 50 Ω .

7.9.2. RECEPTOR:

- 7.9.2.1. Faixa de frequência: 149 MHz a 174 MHz;

- 7.9.2.2. Estabilidade de frequência +/- 5 ppm, ou melhor, dentro da faixa de - 10 °C a + 60 °C;
- 7.9.2.3. Sensibilidade em modo digital: 0,35 μ V (microvolt) ou melhor para 5% de taxa de erro de bit (BER);
- 7.9.2.4. Sensibilidade em modo analógico: 0,35 μ V (microvolt) ou melhor para 12 dB SINAD;
- 7.9.2.5. Seletividade de 65 dB ou melhor;
- 7.9.2.6. Rejeição a espúrios: 70 dB ou melhor;
- 7.9.2.7. Potência de áudio, mínima de 5 Watts (mínimo), com até 3% de distorção;
- 7.9.2.8. Resposta de áudio de 300 Hz a 3.000 Hz com curva de resposta adequada;
- 7.9.2.9. Impedância de entrada 50 Ω .

7.9.3. SINTETIZADOR:

- 7.9.3.1. Oscilador controlado por tensão operando em VHF, ou por processo superior;
- 7.9.3.2. Rigidez mecânica suficiente para não captação de vibrações;
- 7.9.3.3. Controle de frequência por memória programável e reprogramável eletricamente mediante programação por meio de computador.

7.10. CARACTERÍSTICAS MECÂNICAS

- 7.10.1. Equipamento rádio transmissor-receptor montado em uma única peça, do tipo frontal;
- 7.10.2. Gabinete à prova de umidade, corrosão e vibrações mecânicas ao nível encontrado nos veículos em uso no Corpo de Bombeiros/PMESP;
- 7.10.3. Ergonomia que permita:
 - 7.10.3.1. Estrutura sem cantos vivos ou cortes de chapa que, de qualquer modo ofereçam perigo aos ocupantes do veículo em caso de acidente;
 - 7.10.3.2. Facilidade de visualização e acesso aos controles do painel.
- 7.10.4. Acústica - boa resposta de áudio do alto falante;
- 7.10.5. Identificação do proprietário:
 - 7.10.5.1. Inscrição "CORPO DE BOMBEIROS – PMESP" serigrafada na tampa superior do equipamento;
 - 7.10.5.2. Número de série do equipamento gravado em seu chassi;
 - 7.10.5.3. Número patrimonial do equipamento gravado em seu chassi, em baixo relevo, por meio de processo mecânico-computadorizado. A lista de números patrimoniais a serem gravados pela Contratada será fornecida pelo Corpo de Bombeiros. As caixas nos quais os equipamentos estiverem acondicionados, quando de sua entrega, deverão, respectivamente, conter etiqueta com o número patrimonial fornecido pelo Corpo de Bombeiros o transceptor.
- 7.10.6. Dissipação Térmica - compatível com o calor gerado dentro do regime intermitente da operação na base 20% TX e 80% RX;

7.10.7. Cabeação e acessórios em tamanho e quantidade compatíveis para a instalação nos veículos em uso no Corpo de Bombeiros deverão ser fornecidos pela Contratada.

7.11. REQUISITOS COMPLEMENTARES

7.11.1. Junto à proposta comercial (internamente) o licitante deverá apresentar:

7.11.1.1. Cópia autenticada do “Certificado de Homologação ou de Registro” que autoriza a operação do equipamento, expedido pela ANATEL, ou caso o equipamento ofertado pela empresa licitante não possua o certificado de homologação ou de registro expedido pela ANATEL, essa deverá apresentar declaração que entregará cópia autenticada do certificado de homologação ou de registro, de acordo com o exigido pela ANATEL, quando da entrega dos equipamentos;

7.11.1.2. Declaração que conste que o equipamento ofertado atende as Normas do MINICOM com relação à emissão de frequências radioelétricas, bem como a Norma “MIL 810 C, D e E” no que concerne, principalmente, à robustez do equipamento no trabalho policial e a sujeição do mesmo às variações climáticas de temperatura e umidade referentes ao Estado de São Paulo, e

7.11.1.3. Declaração de que o produto ofertado cumpre os requisitos de compatibilidade eletromagnética descritos na resolução ANATEL 442 de 21/07/2006.

7.11.2. Conforme especificado no Artigo 39 do Regulamento anexo à Resolução 242, cada equipamento rádio-transceptor deverá possuir o selo ANATEL, observadas as regras de composição da logomarca ANATEL, Código de Homologação e Código de Barras;

7.11.3. O selo ANATEL deverá estar afixado no produto em parte não removível, ser confeccionado com materiais compatíveis e duráveis, assim como apresentar, de forma legível e indelével, as informações relativas à homologação e à identificação do produto;

7.11.4. O fornecedor deverá apresentar Carta ou Declaração de importação contendo a quantidade final de equipamentos fornecidos;

7.11.5. O fornecedor deverá transferir a Contratante a metodologia de programação, reprogramação, encriptação e operação dos equipamentos.

7.12. RECEBIMENTO DOS EQUIPAMENTOS

7.12.1. A Empresa vencedora do certame deverá providenciar o transporte dos equipamentos de rádio comunicação à Sede do Centro Integrado de Logística (CIL), localizado na Avenida Prefeito Passos, 88, Glicério/S.P., onde eles serão conferidos e testados;

7.12.2. Após a conferência e o teste, a empresa vencedora deverá providenciar, ainda na sede do CIL, a gravação do número do patrimônio (em baixo relevo, por meio de processo mecânico - computadorizado) bem como a aplicação, através de serigrafia, da inscrição “CORPO DE BOMBEIROS – PMESP”, em cada equipamento;

7.12.3. Os equipamentos, instalações e acessórios serão submetidos a testes de validação, de qualidade e aceitação, por técnicos do CIL, a fim de subsidiar a Comissão de Recebimento;

7.12.4. Adotados os procedimentos acima, ficará sob responsabilidade do CIL a programação e encriptação dos equipamentos de radiocomunicação, que serão realizadas na sede daquele Centro, com base na relação dos patrimônios e prefixos de viaturas operacionais fornecidos pelo CSM/MOpB (Centro de Suprimento e Manutenção de Material Operacional de Bombeiro);

7.12.5. Caso as exigências técnicas não sejam plenamente satisfeitas, o CSM/MOpB será informada pela Comissão de Exame de Materiais, da existência e natureza da(s) inconformidade(s) detectada(s), a quem caberá fazer o encaminhamento de tal comunicação à empresa contratada, bem como a disponibilização do objeto inconforme para sua retirada e adequação;

7.12.6. Deverá ser fornecido à Contratante gravado em CD-ROM, quando da entrega dos equipamentos, relação discriminando todos os componentes, peças, placas e acessórios dos rádios, quantidade e código de fabricação, além do número de série, em programa "Excel" ou "Access", na plataforma "WINDOWS";

7.12.7. A Empresa responsável pela adaptação dos veículos, deverá encaminhar ao CSM/MOpB a relação dos prefixos das viaturas que estiverem prontas para receberem os equipamentos de radiocomunicação. Esta medida tem por objetivo a dinâmica nas instalações dos rádios não atrasando a linha de montagem das viaturas.

7.13. INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

7.13.1. Os transceptores serão instalados nos veículos, por conta da contratada, utilizando-se de cabos e antenas de acordo com as especificações do fabricante, contemplando todos os materiais e acessórios para instalação dos transceptores;

7.13.2. Depois de realizadas as programações e encriptações no CSM/MOpB, a Empresa vencedora deverá providenciar o transporte dos equipamentos de rádio até o local de suas instalações nas viaturas;

7.13.3. Os equipamentos serão instalados nas viaturas policiais adquiridas, nas dependências da empresa que realizará a adaptação dos veículos;

7.13.4. Durante as instalações dos rádios nas viaturas, Policiais Militares pertencentes ao efetivo do CSM/MOpB, farão o acompanhamento e os testes necessários, com base no caderno de testes elaborado por este Centro;

7.13.5. A fim de que os trabalhos possam ser realizados pela equipe técnica do Corpo de Bombeiros, a Contratada deverá disponibilizar espaço físico suficiente para sua realização, em local coberto, protegido das intempéries, provido de bancadas de trabalho, fonte de energia elétrica 110/220 v, iluminação adequada, sanitários e armários com cadeado para a guarda de equipamentos e ferramental.

7.14. COMPOSIÇÃO BÁSICA DOS TRANSCEPTORES PORTÁTEIS.

7.14.1. Os 02 transceptores VHF/FM portáteis deverão ser acompanhados de:

7.14.1.1. 01(um) Equipamento rádio transmissor-receptor.

7.14.1.2. 01(um) estojo de couro ou material identicamente reforçado na cor preta, com suporte para cinto padrão PM e alça para suporte a tiracolo.

7.14.1.3. 02(duas) baterias de alta capacidade, com 11 horas de operação, em baixa potência.

7.14.1.4. 01(uma) antena heliflex.

7.14.1.5. 01(um) carregador de bateria unitário, com entrada 110 Volts CA, do tipo recarga rápida, estimando em 02(duas) horas o período máximo para a carga completa da bateria.

7.14.1.6. 01(um) combinado de cabeça (alto falante auricular, microfone labial) para habilitação do transmissor por "Vox Control".

7.14.1.7. 01(um) manual de operação em português.

7.14.2. CARACTERÍSTICAS OPERACIONAIS:

7.14.2.1. Fácil manuseio e operação:

7.14.2.2. Controles do painel:

7.14.2.2.1. Liga-desliga

7.14.2.2.2. Volume;

7.14.2.2.3. Silenciador de recepção

7.14.2.2.4. Seletor de canais.

7.14.2.3. Recursos Operacionais:

7.14.2.3.1. Identificação Eletrônica (PTT-ID) Sinal de identificação da unidade, emitido no acionamento do transmissor, com a finalidade de permitir o gerenciamento e controle da disciplina de tráfego.

7.14.2.3.2. Abertura do silenciamento do receptor controlada por portadora, sub-tom analógico e sub-tom digital, selecionável através de programação prévia, para cada canal, via computador pessoal, sem a necessidade de abertura do equipamento.

7.14.2.3.3. Indicadores de Status operacional.

7.14.2.3.4. Visualização dos canais de RF (Radiofrequência).

7.14.2.4. Transferência de informações de programação de transceptor a transceptor (cloning).

7.14.2.5. Número canais - 16 (dezesesseis).

7.14.3. CARACTERÍSTICAS ELETRÔNICAS BÁSICAS:

7.14.3.1. Faixa de frequência - 136 a 174 MHz.

7.14.3.2. Tipo de emissão: 16 K0F3EJN com sinalização de controle.

7.14.3.3. Espaçamento de canais: 20 KHz com programação dentro da faixa acima (simplex e / ou semiduplex).

7.14.3.4. Alimentação: bateria recarregável, de alta capacidade (NiMH).

7.14.3.5. Proteções eletrônicas contra:

7.14.3.5.1. Variação de impedância de RF ou descasamento da antena;

7.14.3.5.2. Acionamento contínuo do transmissor por tempo superior ao permitido, reciclável em cada acionamento (programável).

7.14.3.6. Controle de frequência: por sintetizador, dotado de memória programável e reprogramável externamente através de computador.

7.14.3.7. Tecnologia baseada em microprocessador.

7.14.4. CARACTERÍSTICAS ELETRÔNICAS ESPECÍFICAS:

7.14.4.1. Transmissor:

7.14.4.1.1. Potência: 5,0 watts, redutível por meio de software em computador pessoal, sem a necessidade de abertura do equipamento;

7.14.4.1.2. Desvio de modulação: +/- 5 kHz para 100% de modulação;

7.14.4.1.3. Atenuação para emissão de harmônicos e espúrios (em relação à portadora): melhor que 65 dB;

7.14.4.1.4. Atenuação de ruído de FM: 40 dB, ou melhor;

7.14.4.1.5. Temporizador de transmissão (T.O.T) reciclável em cada acionamento (programável) via software;

7.14.4.1.6. Estabilidade de frequência: $\pm 0,0005$ %, dentro da faixa de frequência, para temperaturas de - 30 °C a + 60 °C.

7.14.4.2. Receptor:

7.14.4.2.1. Sensibilidade: 0.25 μ V (zero vírgula vinte e cinco microvolt) para 12 dB - SINAD;

7.14.4.2.2. Seletividade para canais adjacentes: 70 dB;

7.14.4.2.3. Rejeição de sinais espúrios: 70 dB;

7.14.4.2.4. Rejeição de intermodulação: 70 dB

7.14.4.2.5. Potência de áudio: mínimo de 0,5 watts medidos com tom de 1KHz;

7.14.4.2.6. Resposta de áudio: dentro de 300 a 3000 Hz com curva de resposta adequada.

7.14.4.2.7. Estabilidade de frequência: $\pm 0,0005$ %, ou melhor, dentro da faixa de frequência, para temperaturas de - 30 °C a + 60 °C.

7.14.4.3. Sintetizador:

7.14.4.3.1. Oscilador controlado por tensão (VCO) operando em VHF;

7.14.4.3.2. Rigidez mecânica;

7.14.4.3.3. Controle de frequência por memória programável e reprogramável eletricamente através de computador pessoal, sem a abertura do equipamento.

7.14.5. IDENTIFICAÇÃO E ESPECIFICAÇÃO MECÂNICA:

7.14.5.1. Inscrição serigrafada "CORPO DE BOMBEIROS – PMESP", no corpo do transceptor, em tamanho compatível com o painel frontal.

7.14.5.2. Gabinete leve, vedado à entrada de umidade, respingos de chuvas, e em condições de operar sujeito as vibrações mecânicas do tipo encontrada nos veículos nacionais.

7.14.5.3. Antena tipo heliflex helicoidal emborrachada.

7.14.5.4. Terminais, conectores e contatos banhados, a fim de reduzir a probabilidade de perdas ou maus contatos.

7.14.5.5. Circuitos impressos protegidos contra corrosão.

7.14.5.6. Fácil identificação de componentes e / ou módulos.

7.14.6. RECURSOS DE SINALIZAÇÃO E CONTROLE:

7.14.6.1. Abertura do silenciamento do receptor: programável e selecionável externamente, via Computador PC, com as seguintes opções.

7.14.6.1.1. Por portadora (CS)

7.14.6.1.2. Por sub-tom analógico (padrão CTCSS ou equivalente)

7.14.6.1.3. Por sub-tom digital (padrão DCS ou equivalente).

7.14.6.2. Identificação seletora PTT-ID - Gerado pelos circuitos eletrônicos do próprio equipamento e programado externamente através de computador PC, sem a necessidade de abertura do equipamento.

7.14.6.3. Sinalização (compatível com o existente na corporação) – Digital (MDC-1200).

8. SINALIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO

8.1. SIRENES

8.1.1. A UR deverá contar com dois sistemas de sirenes de alta eficiência que deverão seguir as seguintes características:

8.1.1.1. Sirene 1 - Sirene Fá-Dó eletropneumática, composta de compressor elétrico centrífugo acionado por motor elétrico de corrente contínua, 12 V, potência de 140 W, mecanismo de comutação por redutor tipo parafuso que comanda uma válvula de giro. Esta válvula governa o ar no ritmo do sinal às cornetas produzindo um som conhecido como FÁ-DÓ, duas cornetas de diafragma em material resistente a intempéries.

8.1.1.2. Sirene 2 - sirene eletrônica com mínimo de 200 W de potência, alimentação de 12 V, produzindo 04 tons, sendo um bitonal, um contínuo e dois intermitentes. Chave seletora para seleção dos tipos de som, com microfone do tipo de anulação de ruídos, contando com duas unidades sonofletoras de no mínimo 100 W cada uma, instaladas fora da viatura, embutidos no pára-choque dianteiro sem que haja a projeção além do pára-choque, em altura compreendida entre 800 a 1200 mm, sendo que o sistema de fixação adotado permita fácil acesso aos drives para sua manutenção e ou eventual substituição.

8.2. Controle das sirenes

8.2.1. Sirene 1 - sirene eletropneumática: deverá possuir chave liga-desliga iluminada e identificada instalada no console da cabine da UR, ao alcance do motorista e do passageiro.

8.2.2. Sirene 2 – sirene eletrônica: contará com um painel de controle que deverá ser instalado no console da cabine da UR, ao alcance do motorista e do passageiro. Deverá possuir:

8.2.2.1. Chave liga-desliga;

8.2.2.2. Chave seletora dos modos de operação manual e toques rápidos;

8.2.2.3. Seleção dos três tons;

8.2.2.4. Botão para toque de alerta tipo uivo rápido;

8.3. Luzes de emergência principais

8.3.1. Barra Sinalizadora: a barra sinalizadora principal deverá ser instalada na parte externa do compartimento de atendimento, sobre suportes fixados na estrutura, com as seguintes características:

8.3.1.1. Base de alumínio extrudado ou ABS, pintado, anticorrosivo e totalmente reforçado com lentes de policarbonato, na cor cristal (caso os led's sejam vermelhos) ou vermelha (caso os led's sejam brancos);

8.3.1.2. Desenho modular em lente única, ou com lentes inteiriças e intercambiáveis, todas injetadas em policarbonato à prova de intempéries, com formato linear ou em forma de arco.

8.3.1.3. Os conjuntos refletores luminosos do sinalizador devem ser compostos por blocos ópticos do tipo diodo emissor de luz (led) de terceira geração, com potência mínima de 01 watt. A fonte luminosa será composta de, no mínimo, 56 LED próprios, distribuídos equitativamente em, no

mínimo, 14 módulos posicionados por toda a extensão da barra, de forma a permitir total visualização em ângulo 360°, sem que haja pontos cegos de luminosidade.

8.3.1.4. A barra sinalizadora principal será acionada através de um controle remoto digital ou sistema compatível com o sistema de iluminação que deverá ser instalado no console da cabine da UR. Este controle deverá possuir também uma chave para acionamento das luzes de intersecção (luzes secundárias).

8.4. Luzes de emergência secundárias (WARM LIGHT)

8.4.1. Deverá ser instalado na UR, um sistema secundário de luzes de emergência e advertência (WARM LIGHT) compostas por 06 (seis) conjuntos na cor vermelha. Os conjuntos serão localizados na parte superior externa do veículo, abaixo da linha horizontal do teto, sendo dois de cada lado e dois na traseira (as da traseira não poderão ser colocadas nas portas), de modo a não serem obstruídas por portas ou outros equipamentos auxiliares. Todas as luzes secundárias de emergência deverão ter formato quadrado ou retangular, com medidas de referência de 130 X 90 mm, ou outra solução mais moderna que permita os mesmos índices de luminosidade, e serem montadas de modo a projetar os seus focos de maior intensidade no eixo horizontal, piscando de maneira alternada, duas a duas. As lâmpadas utilizadas deverão ser diodos emissores de luz (leds) de alta eficiência com, no mínimo, 01 watt de potência, acionadas pelo painel de controle central localizado na cabine da UR.

8.5. Luzes de emergência dianteiras.

8.5.1. Serão instaladas luzes de intersecção dianteiras e também nas laterais dianteiras (para lamas dianteiros) com as seguintes características:

8.5.1.1. Luzes compostas de diodos emissores de luz (leds) de alto desempenho (01 W), de baixo consumo com desenho que permita sua adaptação aos locais indicados no veículo, com módulo controlador de intermitência para que trabalhem de forma alternada e em frequência que assegure a percepção aos veículos à frente da unidade.

8.5.1.2. Desenho inteiriço, com cúpula injetada em policarbonato à prova de intempéries.

8.5.1.3. A composição das cores será branca para as instaladas na dianteira e vermelha para as laterais (intersecção).

8.5.1.4. Os conjuntos deverão ser instalados da seguinte forma:

8.5.1.4.1. Na dianteira, de cor branca, em altura entre 800 a 1000 mm, com seu espectro de projeção totalmente à frente;

8.5.1.4.2. Nos para-lamas dianteiros, em seu terço anterior, em altura entre 1000 a 1200 mm, com espectro de projeção às respectivas laterais.

8.6. Iluminação externa

8.6.1. Será composta pelos dispositivos originais do veículo e pelo sistema de iluminação externa ou luzes de cena, assim denominado para fins desta especificação. As luzes de cena laterais e traseiras quando acionadas deverão estar dentro da capacidade do sistema elétrico da UR. As peças que compõem o sistema deverão ser de aço inoxidável, de plástico ou de outros materiais resistentes às intempéries que ao ser instalado não provoquem a eletrólise das mesmas ou da carroceria do veículo.

8.6.2. O sistema deverá ser composto por 03 luzes de cor branca, sendo uma em cada um dos lados e uma na traseira do tipo farol de embarque localizado no teto sobre as portas traseiras. As luzes laterais deverão ser firmemente fixadas às superfícies reforçadas do compartimento, numa altura mínima de 1800 mm a partir do solo, alinhadas com as luzes de emergência secundárias, de modo que não sejam obstruídas por portas abertas. As lâmpadas deverão ser inclinadas para baixo num ângulo entre 180 e 230 a partir da horizontal de modo que possam iluminar a área envolta das portas traseiras de acesso ao compartimento de atendimento.

8.6.3. O acionamento da iluminação externa se dará através de chaves iluminadas localizadas no painel central da cabine, com comandos independentes para cada lado. A luz de cena traseira deverá ser acesa automaticamente quando as portas traseiras forem abertas. Estas luzes poderão incorporar ao sistema de luzes de ré.

8.7. ILUMINAÇÃO INTERNA

8.7.1. A iluminação interna da UR deverá ser projetada a proporcionar excelentes condições de trabalho tanto no compartimento de atendimento quanto na cabine da UR. A iluminação interna da cabine deverá ser projetada de modo que reflexos não ofusquem o motorista ou entrem em sua linha de visão enquanto o veículo estiver em movimento. Todo conjunto de iluminação interna deverá ser compatível com o consumo elétrico que as baterias proporcionam, e será composto por:

8.7.1.1. Luminária flexível para painel e console (2.4);

8.7.1.2. Iluminação da cabine original do fabricante do veículo;

8.7.1.3. Iluminação do painel central de comando; iluminação do painel de controle do compartimento de atendimento;

8.7.1.4. Iluminação manual extra;

8.7.1.5. Iluminação principal do compartimento de atendimento;

8.7.1.6. Iluminação interna do armário externo de equipamentos e dos cilindros de oxigênio.

8.8. ILUMINAÇÃO PRINCIPAL DO COMPARTIMENTO DE ATENDIMENTO

8.8.1. A iluminação principal do compartimento de atendimento deverá ter intensidade suficiente para permitir os trabalhos de primeiros socorros no interior da UR medida na linha central do piso iluminado sem qualquer luz ambiente externa. As lâmpadas deverão ter uma potência igual ou superior a 20 W, sendo que sobre a maca principal deverá se instalada uma lâmpada com no mínimo 35 W de modo que ilumine 90% da superfície da maca. As áreas adjacentes poderão receber um nível menor de iluminação. Todas as luzes da iluminação interna deverão ser brancas. Todo o sistema não deverá consumir mais de 15Ah no ajuste forte.

8.8.2. As luminárias do sistema de iluminação principal do compartimento deverão ser montadas de maneira nivelada e não ser proeminentes mais de 40 mm para evitar acidentes quando o veículo estiver em movimento.

8.8.3. Não poderão ser usadas lâmpadas fluorescentes de 12 V CC sobre as vítimas, mesmo se estas atenderem as exigências quanto à luminosidade.

8.8.4. O sistema deverá ter dois circuitos protegidos e controlados separadamente. Para controlar a iluminação poderão ser usadas chaves e controles eletrônicos à prova de incêndios.

8.9. IDENTIFICAÇÃO E MANUAIS DE OPERAÇÃO

8.9.1. Todas as chaves, botões ou teclas dos sistemas de sinalização e de iluminação da UR devem devidamente identificados com etiquetas ou placas de fácil leitura, em língua portuguesa.

8.9.2. Será fornecido um manual de operação para o sistema de sinalização com instruções sobre a utilização das sirenes, e um manual para o sistema de iluminação de emergência, interna e externa com instruções sobre a utilização com melhor aproveitamento e máximo de segurança. Os manuais também deverão ser na língua portuguesa e devidamente ilustrados.

9. PINTURA E CONFIGURAÇÃO EXTERNA

9.1. PROJETO DE PINTURA E CONFIGURAÇÃO EXTERNA

9.1.1. O veículo será fornecido nas cores padrão do Corpo de Bombeiros.

9.1.2. Caso o veículo fornecido esteja em cor diversa das padronizadas, deverá receber pintura conforme preconizado no Decreto Estadual nº. 51.811, de 16 de maio de 2007 (Padronização para pintura dos meios de transporte da Polícia Militar do Estado de São Paulo), em uma das cores:

9.1.2.1. Vermelho bonanza GM 1980, código para referência, em Poliuretano, fabricante PPG, PE 15510-55510.

9.1.2.2. Vermelho candy aple red, código para referência, em Poliuretano, fabricante PPG, 1052 PE 11052060.

9.1.2.3. Vermelho alpine, código para referência, em Poliuretano, fabricante BASF, MS 691125.

9.1.3. Deverão ser inseridas 03 (três) faixas confeccionadas em adesivo, padrão alto desempenho, compondo efeito “Degradê”, de cima para baixo, na seguinte sequência:

9.1.3.1. Amarelo Apricot código BR 6300-34

9.1.3.2. Amarelo código BR 6300-35

9.1.3.3. Amarelo ouro refletivo código A 7812-R

9.1.4. O amarelo ouro será em alto desempenho refletivo. As faixas se estenderão por toda lateral do veículo, de cima para baixo, conforme “Design” das viaturas do Sistema de Resgate a Acidentados do Corpo de Bombeiros e da Secretaria Estadual de Saúde do Estado de São Paulo. Serão incluídos na adesivação os números de cadastro e letras. Os números serão confeccionados com adesivos refletivos na cor amarelo ouro. As letras deverão também ser na cor amarelo ouro e refletivas. O Corpo de Bombeiros fornecerá os números de cadastro e as medidas das letras para configuração final. Todos os detalhes, inclusive as logomarcas deverão ser confeccionados com prévia aprovação do Corpo de Bombeiros, após a análise do projeto acima citado.

10. TESTES E CONTROLE DE QUALIDADE

10.1. COMPONENTES EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DA UR.

10.1.1. Todos os equipamentos, dispositivos elétricos e adaptações serão confeccionados com produtos comerciais construídos em conformidade com as normas de referência vigentes, testados e

certificados, que cumpram ou excedam as exigências desta especificação. O conjunto deve atender todos os padrões nacionais de segurança de veículos automotores e outras normas brasileiras correspondentes. Todos os componentes deverão ser apresentados com os respectivos dados técnicos dos fabricantes em língua portuguesa. A empresa vencedora deverá estabelecer uma padronização e uma garantia para todos os itens da UR, ficando responsável perante o Corpo de Bombeiros pela assistência técnica, manutenção, reposição ou eventual substituição de qualquer um dos itens que compõem a viatura.

10.2. TESTES DOS SISTEMAS DE SINALIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO

10.2.1. Os sistemas de sinalização e iluminação deverão ser testados pela empresa vencedora na presença de representantes do Corpo de Bombeiros. Os testes avaliarão o comportamento dos sistemas em situações extremas para simular o máximo consumo de carga durante um atendimento de no mínimo 30 minutos com o veículo estacionado e desligado e 120 minutos com o veículo estacionado com o motor em funcionamento. Os sistemas deverão estar em conformidade com as normas brasileiras que tratam do assunto.

10.3. OUTROS TESTES DE CONFORMIDADE

10.3.1. Além dos testes mencionados serão inspecionados e verificados pelo Corpo de Bombeiros, para que seja atestada a conformidade com a presente especificação os seguintes itens:

10.3.1.1. Dimensões físicas do compartimento de atendimento;

10.3.1.2. Distribuição de peso;

10.3.1.3. Sistemas ambientais;

10.3.1.4. Sistema elétrico, incluindo alternador;

10.3.1.5. Ergonomia do compartimento de atendimento;

10.3.1.6. Sistema de oxigênio fixo;

10.3.1.7. Sistema de aspiração de sangue e secreções;

10.3.2. Para cada um dos itens acima, após a anuência do Corpo de Bombeiros deverá ser expedido um atestado de conformidade com a presente especificação.

10.3.2.1. Todas as despesas decorrentes de testes e emissão de atestados correrão por conta da empresa vencedora.

10.3.3. Junto à proposta ou habilitação deverão ser entregues os seguintes documentos:

10.3.3.1. CCT emitido pelo INMETRO

10.3.3.2. Layout da viatura com legenda detalhada dos materiais empregados (informando marca e garantia do equipamento).

11. PÓS-VENDA E GARANTIA

11.1. ACOMPANHAMENTO DA MONTAGEM

11.1.1. Durante o período de realização do serviço de adaptação e montagem da UR, haverá necessidade de no mínimo três visitas de 03 (três) representantes do Corpo de Bombeiros para acompanhamento do processo de montagem. O Corpo de Bombeiros nomeará e comunicará a empresa vencedora, os componentes do grupo que acompanhará a montagem. Sendo a contratada fora desta Unidade Federativa, deverá fornecer inclusive, passagem e hospedagem.

11.2. MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA

11.2.1. A empresa vencedora será responsável pela garantia, reparos e reposição de todos os componentes relativos ao serviço de adaptação e montagem da UR.

11.2.2. A empresa vencedora deverá possuir pontos para assistência técnica no estado de São Paulo.

11.3. GARANTIA

11.3.1. O serviço de adaptação e montagem da UR deverá possuir **garantia integral de 24 meses**, contados a partir da comunicação pelo Corpo de Bombeiros da efetiva data de entrada em operação do veículo.

ANEXO II – MODELO DA CREDENCIAL

Pelo presente instrumento particular de procuração e pela melhor forma de direito, a empresa....., com sede na....., devidamente inscrita no CNPJ nº e Inscrição Estadual nº, representada por seu sócio-gerente Sr.(a)....., portador(a) da Cédula de Identidade RG nº e do CPF nº, nomeia e constitui seu representante o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Cédula de Identidade RG nº e do CPF nº, a quem são conferidos poderes para representar a empresa outorgante no Pregão Presencial nº 29/2013, instaurado pela Prefeitura Municipal de Pederneiras, em especial para firmar declarações e atas, apresentar ou desistir da apresentação de lances verbais, negociar os valores propostos, interpor ou desistir da interposição de recursos e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame acima indicado.

Local e data.

Assinatura pelo responsável pela outorga.

Obs.: Na apresentação desta procuração a mesma deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

**ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS
DE HABILITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2013

Processo nº 56/2013

....., devidamente inscrita no CNPJ sob nº, com sua sede....., em conformidade com o disposto no artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520/2002, DECLARA que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no edital que rege o certame acima indicado.

Local e data.

Assinatura do representante legal

Nº do RG

**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O
MINISTÉRIO DO TRABALHO**

Eu....., representante legal da empresa....., interessada em participar do PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2013 da Prefeitura Municipal de Pederneiras, declaro sob as penas da lei, que, a empresaencontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Local e data.

Assinatura do representante legal

Nº do RG

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº _____ é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Pregão Presencial nº 29/2013, realizado pelo Município de Pederneiras, Estado de São Paulo.

Local e data.

Nome do representante

RG nº

ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 56/2013

CONTRATO PARA Prestação dos serviços de Montagem/Encarroçamento de um Furgão Unidade de Resgate para o Corpo de Bombeiros de Pederneiras, CONFORME PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2013

Pelo presente instrumento particular o Município de Pederneiras, com sede à Rua Siqueira Campos, nº S-64, CNPJ nº 46.189.718/0001-79, doravante denominado CONTRATANTE, representado neste ato por **DANIEL PEREIRA DE CAMARGO, Prefeito Municipal**, , portador do RG nº e inscrito no CPF sob nº, residente e domiciliado nesta cidade de Pederneiras -SP e com sede à,,SP, CNPJ nº e Inscr. Estadual nº doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato por, portador do RG nºe inscrito no CPF sob nº , residente e domiciliado em – SP, tendo em vista a homologação do resultado do Pregão Presencial nº 29/2013, têm entre si justa e acordada celebração do presente contrato mediante as seguintes Cláusulas e condições:

01 - OBJETO

1.1. Constitui objeto deste contrato a Montagem/Encarroçamento de um Furgão Unidade de Resgate com capacidade para 02 (duas) vítimas deitadas e carroceria especial direcionada aos serviços do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em um chassi marca FIAT, modelo Ducato Maxicargo 12 M³ Multijet Economy, ano 2012, modelo 2012, nº do chassi 93W245G34D2106292, potência 2300CC e PTB 003,50 e placas DJM0737, conforme especificações constantes do Anexo I – Especificações Técnicas do Edital de Pregão Presencial nº 29/2013.

1.2 - Durante o período de realização do serviço de adaptação e montagem da UR, haverá necessidade de no mínimo três visitas de 03 (três) representantes do Corpo de Bombeiros para acompanhamento do processo de montagem. O Corpo de Bombeiros nomeará e comunicará a empresa vencedora, os componentes do grupo que acompanhará a montagem. (Sendo a contratada fora desta Unidade Federativa, deverá fornecer inclusive, passagem e hospedagem).

1.3 – O prazo de garantia do equipamento será dea contar da data de entrega do veículo no Almoxarifado Municipal.

1.4 – Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá proceder por sua conta e risco o conserto de quaisquer defeitos e a troca das peças que se fizerem necessários, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE, desde que oriundos de defeitos de fabricação, vícios de qualidade do material empregado e desgaste prematuro com o uso adequado do equipamento.

02 - DA ENTREGA

2.1 – O veículo deverá ser retirado pela CONTRATADA no Almoxarifado da Prefeitura Municipal, situado na Rua Castelo Branco, nº O-1165 – Jardim Califórnia, nesta cidade de Pederneiras, ficando acordado que o mesmo deverá ser transportado em veículo de transporte apropriado (Remonta ou Plataforma) devidamente assegurado, inclusive quando da entrega do objeto pronto.

2.2 - O veículo devidamente montado/encarroçado deverá ser entregue no Almoxarifado Municipal de Pederneiras, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de assinatura deste instrumento, com todas as despesas por conta e risco da CONTRATADA.

2.3 - O objeto da presente licitação será recebido provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com as especificações.

2.4 - Constatadas irregularidades no objeto contratual, o **CONTRATANTE** poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a **CONTRATADA** deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a **CONTRATADA** deverá fazê-la em conformidade com a indicação do **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

2.5 - O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente, após verificação do atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas.

03 - DOS VALORES

3.1 - O **CONTRATANTE** compromete-se a pagar à **CONTRATADA** a importância fixa e irrevogável de R\$(.....), em 20 (vinte) dias contados da data da entrega efetiva do objeto contratado, em perfeitas condições de uso e funcionamento, devidamente atestado pelos servidores do Departamento de Almoxarifado e Controle Patrimonial e pelo Corpo de Bombeiros de Pederneiras, conforme preço final obtido na Ata da Sessão de processamento do Pregão Presencial nº 29/2013.

04 - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

4.1 - Compete à Contratada:

4.1.1 - Manter na direção dos trabalhos o responsável técnico e o preposto aceitos pelo Contratante;

4.1.2 - Refazer, às suas expensas, os serviços executados em desacordo com o estabelecido no Contrato e os que apresentem defeito de material ou vício de execução.

4.1.3 - Assumir integral responsabilidade pela boa e eficiente entrega do objeto contratual, de acordo com o estabelecido nas normas do Edital, no presente contrato, nos documentos técnicos fornecidos, nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas e na legislação em vigor.

4.1.4 - Proporcionar à equipe de fiscalização designada pelo contratante, condições para o acompanhamento das etapas de fabricação e montagem dos diversos componentes da viatura e

verificação dos equipamentos acessórios, sendo o contratado fora desta Unidade Federativa, fornecerá inclusive, passagem e hospedagem para o(s) militar (es), na forma do disposto no subitem 1.2 da cláusula 1 deste instrumento.

4.1.5 - Responder pela garantia, reparos e reposição de todos os componentes instalados no veículo.

4.1.6 - Responder pelo cumprimento das Normas de Segurança do Trabalho, devendo exigir de seus funcionários o uso dos equipamentos de proteção individual.

4.1.7 - Fornecer Certificado de Adequação e Legislação de Transito – CAT, conforme Portaria n. 027/02 do DENATRAN, no ato de entrega do veículo.

4.1.8 - Zelar pela perfeita manutenção do veículo nas condições em que foram recebidas, responsabilizando-se por eventuais avarias e/ou danos que ocorrerem por culpa própria ou de terceiros.

4.1.9 - Manter o veículo em área adequada, fechada e coberta, desde o seu recebimento até a entrega dos serviços à Unidade Requisitante, e também durante toda a execução dos serviços, a qual está localizada (endereço).

4.1.10 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação apresentadas por ocasião do procedimento licitatório.

4.1.11 - Atender todas as exigências contidas no Projeto Básico mesmo que não transcritos no presente Termo do Contrato.

4.2 - Compete ao Contratante:

4.2.1 - Fornecer à Contratada todos os elementos indispensáveis ao início dos trabalhos, inclusive emitir a “Ordem de Início dos Serviços”.

4.2.2 - Esclarecer prontamente, as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela Contratada.

4.2.3 - Expedir, por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à Contratada.

4.2.4 - Transmitir, por escrito, as instruções sobre modificações de planos de trabalho.

4.2.5 - Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste Contrato e das disposições legais que o regem.

05 - DAS MULTAS E PENALIDADES

5.1. Sem prejuízo das sanções previstas no artigo 7º da lei federal nº 10.520/02 e artigo 87 da lei federal nº 8.666/93, a CONTRATADA fica sujeita às seguintes penalidades, garantida a defesa prévia:

5.1.1. Pelo atraso injustificado na entrega do equipamento:

5.1.1.1 – Até 30 (trinta) dias, multa de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor total da obrigação por dia de atraso;

5.1.1.2 – A partir do 30º (trigésimo) dia entende-se como inexecução total da obrigação.

5.1.2. Pela inexecução total ou parcial do ajuste, multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor total da obrigação.

5.2 – O não atendimento das condições estabelecidas no item 1.3, da cláusula 01 deste contrato, durante o período de garantia, ensejará a aplicação da penalidade de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da obrigação, bem como das demais sanções previstas no item 5.1 desta cláusula 04.

5.3. As multas previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e conseqüentemente o pagamento delas não exime o contratado da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Administração.

06 - DA RESCISÃO ADMINISTRATIVA

6.1 - O CONTRATANTE poderá rescindir o presente contrato por ato administrativo unilateral, nas hipóteses previstas no artigo 78, incisos I a XII e XVII, da Lei 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA qualquer indenização, sem embargo da imposição das penalidades que se demonstrarem cabíveis em processo administrativo regular.

07 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 - Os recursos orçamentários para o presente contrato são os seguintes:

7.1.1 - Ficha 729 – Equipamentos e Material Permanente – 02.19.01 – Fundo Municipal de Corpo de Bombeiros.

08 - DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - O presente contrato está vinculado ao Pregão Presencial nº 29/2013 à proposta da CONTRATADA e às Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02.

8.2 – O prazo de vigência deste Contrato será de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de sua assinatura, observadas as condições de garantia constantes do subitem 1.2 da cláusula 2.

8.3 - O prazo mencionado no subitem anterior poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a critério da Administração, nos termos e condições permitidos pela legislação vigente.

8.4 - A Fiscalização do presente Contrato será exercida pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

8.5 - A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades contratuais.

8.6 - São prerrogativas do CONTRATANTE as previstas no artigo 58 da Lei 8.666/93.

09 - FORO

9.1 - A parte que transgredir o presente contrato, deixando de cumpri-lo, responderá perante a outra, por perdas e danos que forem apurados em liquidação. Se houver Procedimento Judicial, a parte faltosa, ainda responderá pelo pagamento de custas e honorários do advogado contratado pela parte fiel.

9.2 - Fica eleito o Fórum desta Comarca de Pederneiras, para dirimir divergências ou causas oriundas do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com o disposto nas cláusulas deste contrato, digitado em 03 (três) vias de igual teor, assinam-o, juntamente com as testemunhas abaixo que a tudo assistiram para que surta seus devidos efeitos jurídicos.

Pederneiras,de de 2013.

CONTRATADA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

ANEXO VII

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2013

Processo Nº 56/2013

Objeto: Montagem/encarroçamento de um Furgão Unidade de Resgate do Corpo de Bombeiros de Pederneiras

A empresa _____
estabelecida na _____,
CNPJ nº _____, nos termos do presente Pregão, e de acordo
com o contido nas Especificações Técnicas constantes do Projeto Básico – Anexo I –
Especificações Técnicas do Edital, que o rege, apresenta a seguinte proposta:

OBJETO	UNID	QUANT	VALOR TOTAL
montagem/encarroçamento de um Furgão Unidade de Resgate com capacidade para 02 (duas) vítimas deitadas e carroceria especial direcionada aos serviços do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em um chassi marca FIAT, modelo Ducato Maxicargo 12 M ³ Multijet Economy, ano 2012, modelo 2012, nº do chassi 93W245G34D2106292, potência 2300CC e PTB 003,50 e placas DJM0737, conforme especificações constantes do Anexo I – Especificações Técnicas, que integra o Edital de Pregão Presencial nº 29/2013	01	01	

Valor Global (por extenso)

A empresa declara, sob as penas da lei, que o prazo de garantia do produto é de(.....) meses.

Validade da proposta: (.....) dias.

A empresa declara que os serviços serão executados de acordo com o Projeto Básico constante do Anexo I ao Edital.

Pederneiras,de de 2013.,

(Representante legal da empresa)

Nome:

R.G.:

CPF:

Cargo: